



Informações Contábeis Intermediárias consolidadas e individuais

Em 30 de junho de 2021

ÍNDICE	<i>(Página)</i>
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS	
1. Informações gerais.....	11
2. Principais políticas contábeis.....	20
3. Das autorizações vigentes.....	21
4. Comercialização de energia.....	23
5. Segmentos operacionais	23
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	25
7. Contas a receber de clientes.....	25
8. Tributos a recuperar.....	26
9. Cauções e depósitos vinculados	26
10. Investimentos.....	27
11. Imobilizado.....	35
12. Direito de uso – Arrendamentos.....	44
13. Fornecedores.....	46
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	47
15. Tributos a recolher.....	54
16. Contas a pagar - CCEE/Eletrôbrás (consolidado)	55
17. Outras contas a pagar.....	56
18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	57
19. Provisão para contrato oneroso.....	60
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	61
21. Receita líquida.....	62
22. Custos e despesas (receitas).....	63
23. Resultado financeiro	64
24. Imposto de renda e contribuição social	65
25. Transações com partes relacionadas.....	66
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	72
27. Prejuízo por ação	79
28. Ativos classificados como mantidos para venda	79
29. Cobertura de Seguros.....	82
30. Transações não envolvendo caixa	83
31. Eventos subsequentes	83

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	324.883	29.374	20.796	10.070
Aplicações financeiras	6	27.330	18.777	27.330	-
Contas a receber de clientes	7	3.748	4.220	-	150
Tributos a recuperar	8	15.364	12.687	312	218
Partes relacionadas	25	-	-	5.134	25.879
Dividendos a receber	10.4	-	-	34.692	42.724
Adiantamentos a fornecedores		782	722	256	511
Despesas antecipadas		4.623	1.090	652	161
Outros créditos		259	595	488	259
		<u>376.989</u>	<u>67.465</u>	<u>89.660</u>	<u>79.972</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	28	855.074	930.112	202.696	182.387
Total dos ativos circulantes		<u>1.232.063</u>	<u>997.577</u>	<u>292.356</u>	<u>262.359</u>
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	248	296	248	296
Cauções e depósitos vinculados	9	6.934	-	-	-
Depósitos judiciais	18	3.701	3.198	2.881	2.385
Partes relacionadas	25	-	-	19.874	176.659
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	10	-	-	1.214.994	1.038.857
Imobilizado	11	1.393.509	1.295.801	5.774	6.387
Total dos ativos não circulantes		<u>1.404.452</u>	<u>1.299.355</u>	<u>1.243.831</u>	<u>1.224.644</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.636.515</u>	<u>2.296.932</u>	<u>1.536.187</u>	<u>1.487.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTES					
Fornecedores	13	62.285	45.492	20.027	9.485
Empréstimos e financiamentos	14	409.754	380.461	370.151	380.348
Tributos a recolher	15	9.257	11.064	3.202	5.179
Salários, encargos e férias a pagar		10.388	7.471	10.388	7.471
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	16	25.256	17.373	-	-
Arrendamentos a pagar	12	534	684	434	613
Outras contas a pagar	17	95.399	93.538	27.389	29.105
Partes relacionadas	25	46.090	43.131	46.090	43.131
Provisão para contrato oneroso	19	19.685	17.854	-	-
		<u>678.648</u>	<u>617.068</u>	<u>477.681</u>	<u>475.332</u>
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	101.472	107.970	14.703	13.946
Total dos passivos circulantes		<u>780.120</u>	<u>725.038</u>	<u>492.384</u>	<u>489.278</u>
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	13	240.620	301.826	35.918	44.067
Empréstimos e financiamentos	14	1.428.920	1.082.641	2.576	-
Debêntures privadas	14	-	-	491.553	51.137
Tributos a recolher	15	17.229	20.275	3.087	3.661
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	16	42.731	40.778	-	-
Arrendamentos a pagar	12	13.441	12.840	80	96
Partes relacionadas	25	720.743	984.641	901.439	1.327.839
Provisão para perda sobre investimentos	10	-	-	252.729	478.687
Provisão para contrato oneroso	19	-	481	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	145.035	132.826	144.317	132.177
Outras contas a pagar	17	91.788	103.223	56.216	67.698
Total dos passivos não circulantes		<u>2.700.507</u>	<u>2.679.531</u>	<u>1.887.915</u>	<u>2.105.362</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social	20	3.295.173	2.960.776	3.295.173	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Ajuste de avaliação patrimonial		(18.988)	(32.470)	(18.988)	(32.470)
Prejuízos acumulados		(4.078.541)	(3.994.187)	(4.078.541)	(3.994.187)
Total do patrimônio líquido negativo		<u>(844.112)</u>	<u>(1.107.637)</u>	<u>(844.112)</u>	<u>(1.107.637)</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>2.636.515</u>	<u>2.296.932</u>	<u>1.536.187</u>	<u>1.487.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/04/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2021 à 30/06/2021	01/01/2020 à 30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA	21	25.601	11.260	48.182	23.592
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(14.703)	-	(31.453)	-
Custo de operação		(1.795)	(1.535)	(3.431)	(3.490)
Depreciações e amortizações	11	(21)	(1.774)	(43)	(3.667)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(214)	(205)	(463)	(403)
Total	22	(16.733)	(3.514)	(35.390)	(7.560)
LUCRO BRUTO		8.868	7.746	12.792	16.032
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(14.141)	(18.572)	(38.493)	(36.618)
Depreciações e amortizações	11	(571)	(1.606)	(1.033)	(3.226)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	-	(3.646)
Outras receitas (despesas) líquidas		(18.391)	(9.733)	(30.695)	15.155
Total	22	(33.103)	(29.911)	(70.221)	(28.335)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	34.596	46.960	62.462	62.016
Perda na alienação de ativos	1.2.1	(7.650)	-	(7.650)	-
Total		(6.157)	17.049	(15.409)	33.681
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.711	24.795	(2.617)	49.713
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		3.197	(882)	3.900	(560)
Despesas financeiras		(59.673)	(74.968)	(84.657)	(152.934)
Total	23	(56.476)	(75.850)	(80.757)	(153.494)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(53.765)	(51.055)	(83.374)	(103.781)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(478)	(354)	(869)	(704)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(88)	(50)	(111)	(140)
Total	24	(566)	(404)	(980)	(844)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(54.331)	(51.459)	(84.354)	(104.625)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora			
		01/04/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2021 à 30/06/2021	01/01/2020 à 30/06/2020
Depreciações e amortizações	11	(21)	(234)	(43)	(601)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(12.309)	(10.331)	(29.557)	(23.976)
Depreciações e amortizações	11	(444)	(1.439)	(778)	(2.901)
Outras receitas (despesas) líquidas		125	(5)	133	1.531
Total	22	(12.628)	(11.775)	(30.202)	(25.346)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(16.034)	(10.363)	(18.085)	(17.952)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(28.683)	(22.372)	(48.330)	(43.899)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		407	(1.052)	437	(846)
Despesas financeiras		(26.055)	(28.035)	(36.461)	(59.880)
Total	23	(25.648)	(29.087)	(36.024)	(60.726)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(54.331)	(51.459)	(84.354)	(104.625)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27	(0,91)	(1,23)	(1,42)	(2,51)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado				Controladora			
		01/04/2021	01/04/2020	01/01/2021	01/01/2020	01/04/2021	01/04/2020	01/01/2021	01/01/2020
		à 30/06/2021	à 30/06/2020	à 30/06/2021	à 30/06/2020	à 30/06/2021	à 30/06/2020	à 30/06/2021	à 30/06/2020
Prejuízo do período		(54.331)	(51.459)	(84.354)	(104.625)	(54.331)	(51.459)	(84.354)	(104.625)
Outros resultados abrangentes									
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	20	3.192	(894)	13.482	(894)	3.192	(894)	13.482	(894)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		(51.139)	(52.353)	(70.872)	(105.519)	(51.139)	(52.353)	(70.872)	(105.519)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado	
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial			
			Ágio				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.960.776	(41.757)	1	(32.827)	(4.016.621)	(1.130.428)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(104.625)	(104.625)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	-	(894)	-	(894)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>1</u>	<u>(33.721)</u>	<u>(4.121.246)</u>	<u>(1.235.947)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.960.776	(41.757)	1	(32.470)	(3.994.187)	(1.107.637)
Aumento capital social - emissão de ações	20.b	334.397	-	-	-	-	334.397
Prejuízo do período		-	-	-	-	(84.354)	(84.354)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	20.d	-	-	-	13.482	-	13.482
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	20	<u>3.295.173</u>	<u>(41.757)</u>	<u>1</u>	<u>(18.988)</u>	<u>(4.078.541)</u>	<u>(844.112)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(84.354)	(104.625)	(84.354)	(104.625)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	1.058	6.893	821	3.502
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	3.646	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11.2	-	416	-	-
Comissões e outras penalidades	14.4	-	941	-	-
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.4	57.452	83.592	15.768	11.756
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	14.4	496	103	-	-
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	16.1	(259)	362	-	-
Multa sobre ressarcimento	16.1	14.863	7.542	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	12.209	5.574	12.140	8.797
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	1.350	(33.069)	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	(3.535)	(613)	(373)	-
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	13.314	35.353	13.314	44.082
Juros sobre contas a pagar		5.313	22.895	1.322	1.124
Juros sobre passivo de arrendamento	12, 23	2.673	-	945	-
Atualização depósitos judiciais		(29)	1.131	(22)	1.158
Tributos diferidos		243	306	-	-
Perda na alienação de ativos	1.2.1	7.650	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(62.462)	(62.016)	18.085	17.952
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(1.278)	(689)	150	26
Depósitos judiciais		(474)	(993)	(474)	(992)
Tributos a recuperar		(2.680)	(1.455)	(94)	(80)
Despesas antecipadas		(3.428)	(3.675)	(491)	(494)
Adiantamentos a fornecedores		(252)	(388)	255	(358)
Outros créditos		336	1.466	(229)	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(2.199)	5.592	(2)	1.466
Tributos a recolher		(4.449)	27	(2.808)	(214)
Salários e férias a pagar		(1.780)	(2.872)	2.628	(2.872)
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	16.1	(8.403)	(4.144)	-	-
Outras contas a pagar		5.729	(884)	2.244	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(956)	(819)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14.4	(2.797)	(1.388)	-	-
Dividendos recebidos	10.4	51.422	52.502	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(5.227)	10.711	(21.175)	(19.770)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	10.3.2 e 30	-	-	(9.299)	-
Recebimento na alienação de ativos	1.2.1	50.730	-	-	-
Aplicações financeiras		(23.978)	848	(26.909)	6.097
Aquisição de imobilizado	11 e 30	(42.828)	(2.371)	(2.807)	(1.326)
Partes relacionadas	25.3	-	-	10.684	(40.210)
Aportes de capital em investidas	10	-	-	(351.730)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(16.076)	(1.523)	(380.061)	(35.439)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações		696	-	696	-
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	14.4	362.465	-	439.859	51.000
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	14.4	(14.392)	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14.4	(33.617)	(7.877)	(22.832)	-
Pagamento de passivos de arrendamento		(5.031)	(4.515)	(3.885)	(2.924)
Partes relacionadas	25.3	(93)	26.382	(1.876)	26.417
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		310.028	13.990	411.962	74.493
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		288.725	23.178	10.726	19.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	29.374	4.782	10.070	81
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período*	6	318.099	27.960	20.796	19.365
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		288.725	23.178	10.726	19.284

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

(*) O Caixa e equivalente de caixa no período findo em 30 de junho de 2021 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa da Energética Serra da Prata S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
RECEITAS					
Vendas de energia	21	51.364	24.485	-	-
Outras receitas		4.758	1.467	291	1.467
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(35.404)	(3.931)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(58.125)	(12.236)	(23.886)	(18.944)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	(3.646)	-	-
Valor adicionado bruto		<u>(37.407)</u>	<u>6.139</u>	<u>(23.595)</u>	<u>(17.477)</u>
Depreciação	11, 22	(1.076)	(6.893)	(821)	(3.502)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		<u>(38.483)</u>	<u>(754)</u>	<u>(24.416)</u>	<u>(20.979)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	62.462	62.016	(18.085)	(17.952)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	11.3.1	(7.650)	-	-	-
Receitas financeiras		4.095	(495)	459	(789)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>20.424</u>	<u>60.767</u>	<u>(42.042)</u>	<u>(39.720)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		6.088	3.094	2.943	2.245
Honorários da administração	25.5	4.626	3.681	2.236	1.561
Benefícios		1.935	2.028	304	1.003
FGTS		708	878	107	490
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		6.570	4.216	394	1.413
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		76.322	147.800	30.543	57.112
Aluguéis		158	264	2	12
Outros		8.371	3.431	5.783	1.069
Prejuízo do período		(84.354)	(104.625)	(84.354)	(104.625)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		<u>20.424</u>	<u>60.767</u>	<u>(42.042)</u>	<u>(39.720)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Trimestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

	PCH	Consolidação	% Participação	
			30/06/2021 e 31/12/2020	
			Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding) ²	(a)	Integral	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A. ²	(b)	Integral na Enerbras	-	99,99
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(c)	Integral	99,99	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(d)	Integral	99,99	-

	Eólico	Consolidação	% Participação	
			30/06/2021 e 31/12/2020	
			Direta	Indireta
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	(e)	Integral	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	(e)	Integral na Alto Sertão	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f)	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f)	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f)	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f)	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f)	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f)	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f)	Integral na Diamantina	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação	
		30/06/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
	Eólico		
	Consolidação		
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial ³	(h) Integral	99,99	-
Azalea Participações S.A. ⁴	(h) Integral na Fase B	99,99	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ¹	(i) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(e) Integral	99,99	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	99,99	-
SF 120 Participações Societárias S.A. ²	(k) Integral	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		Consolidação	% Participação	
			30/06/2021 e 31/12/2020	
UFV (Usina Fotovoltaica)			Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(h)	Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(h)	Integral	99,99	-
			% Participação	
			30/06/2021 e 31/12/2020	
Comercialização		Consolidação	Direta	Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j)	Integral	100,00	-
			% Participação	
			30/06/2021 e 31/12/2020	
Holding		Consolidação	Direta	Indireta
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k)	Integral	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k)	Integral	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k)	Integral	99,99	-
SF 123 Participações Societárias S.A.	(k)	Integral	99,99	-
			% Participação	
			30/06/2021 e 31/12/2020	
PCH		Controle compartilhado não consolidado	Direta	Indireta
Brasil PCH S.A. ²	(l)	Indireto pela Chipley	-	51,00

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas classificadas como mantidas para venda.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.

Nota 4: refere-se a UPI Fase B, mencionada no plano de recuperação judicial, alienada em 05 de abril de 2021.

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. – Em recuperação judicial (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
- (d) Chipley SP Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.

- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”) – vide nota 1.1.
- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre.
- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
- (i) Controlada direta tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), sendo que, após o largo tempo de paralisação e atrasos, a Companhia retomou as obras de conclusão dos parques eólicos, cuja conclusão integral está prevista para ocorrer ao longo do ano de 2022. Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 16).

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014 e que requerem inclusive a suspensão das referidas Resoluções Autorizativas. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Em junho de 2021 a Companhia apresentou manifestação nos procedimentos administrativos demonstrando as vantagens da manutenção dos contratos e das autorizações ao sistema elétrico brasileiro, bem como sua capacidade técnica e financeira para conclusão do empreendimento a partir de janeiro de 2022.

1.2 Venda de ativos

1.2.1 UPI Fase B

Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova, no qual o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“PSS”), gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor com a oferta no valor de R\$58.386.

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a Companhia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

Abaixo demonstramos o valor da perda em toda a operação sem considerar os efeitos tributários:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor da venda	50.730
Custo do investimento ^(a)	<u>(58.380)</u>
Perda na alienação	<u><u>(7.650)</u></u>

1.2.2 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia S.A. detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES mantém garantia no valor total de R\$14.856 (*Earn-Out*), atualizados a 100% do CDI, que poderá ser paga à Companhia.

Em março de 2019, o Consorcio MGT, prestador de serviço dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II, ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral parcial, no valor de R\$34.103 e em 8 de abril de 2020 sobreveio a sentença arbitral final, liquidando a condenação de mérito adicional em valor de R\$43.391. A referida sentença transitou em julgado apenas em 1º de junho de 2020 com prazo de 30 dias para pagamento. Diante da ausência de consenso sobre a concursabilidade de tal crédito à recuperação judicial e a liberação das garantias para pagamento da condenação, a AES ingressou com medida cautelar pré-arbitral, obtendo em 22 de junho de 2020 liminar para liberação das *escrows accounts* no montante de R\$ 43.391 mediante oferecimento de seguro garantia judicial em valor equivalente, sem o acréscimo de 30%. Atualmente, discute-se nos autos da recuperação judicial e em procedimento arbitral específico, se tal crédito da AES estaria sujeito ou não ao concurso de credores da recuperação judicial e se tal seguro garantia atende aos requisitos contratuais e legais. Enquanto não há decisão definitiva sobre o tema a Companhia entendeu por reconhecer um passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros

meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros (e.g *earn out*), em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial.

1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a Companhia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira da Companhia e das controladas, os planos preveem:

- i) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela controlada Chipley e coobrigações da Companhia e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021;
- ii) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital da Companhia. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela controlada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da controlada SF 120 (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da controlada Enerbras (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 1.2.1) e e) outros projetos em desenvolvimento;
- iii) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- iv) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de junho de 2021. Foram realizados pagamentos no montante de R\$343.008, destes R\$333.701 na forma de conversão em ações da Companhia.

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Reclassificação entre classes	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 30/06/2021
Classe I - credores trabalhistas	20.109	(717)	10	(539)	-	42	18.905
Classe II - credores com garantia real	1.052.063	-	-	(5.219)	-	13.336	1.060.180
Classe III - credores quirografários	877.732	2.330	(10)	(2.993)	(333.701)	5.604	548.962
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	(556)	-	-	3.437
Total	1.953.897	1.613	-	(9.307)	(333.701)	18.982	1.631.484

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Pagamentos realizados	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2020
Classe I - credores trabalhistas	20.109	-	-	20.109
Classe II - credores com garantia real	1.023.329	(10.000)	38.734	1.052.063
Classe III - credores quirografários	876.019	-	1.713	877.732
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	3.993
Total	1.923.450	(10.000)	40.447	1.953.897

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

No que se refere ao pagamento do saldo remanescente da Classe I, a Companhia interpôs recurso especial, com pedido de efeito suspensivo, contraparte da decisão homologatória que afastou o disposto nas cláusulas 8.2.1.3 dos Planos de Recuperação Judicial e limitou o marco final de pagamento dessa classe ao dia 08 de maio de 2021. Em 06 de maio de 2021, foi concedido o efeito suspensivo contra a citada decisão homologatória. A Companhia insiste na manutenção das referidas cláusulas, que desloca o marco final de pagamento para 18 de dezembro de 2021.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES. Em 05 de abril de 2021, com a alienação da UPI Fase B, a Companhia amortizou R\$5.219.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

1.4 Continuidade operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$84.354, possui prejuízos acumulados de R\$4.078.541, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$844.112, e passivos circulantes (controladora) em excesso aos ativos circulantes (controladora) no montante de R\$200.028. No consolidado a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo em R\$451.943.

O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2021 deve-se, principalmente a: (i) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$80.757 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (ii) resultado positivo de equivalência patrimonial, no valor de R\$62.462, (iii) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no montante R\$12.301, (iv) perda na alienação da UPI Fase B, no valor de R\$7.650 e v) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$6.799.

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongando dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com o seu plano i) em 05 de março de 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 ii) com recursos em caixa, a Companhia deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III, iii) em 05 de abril de 2021, a Companhia

concluiu a venda das ações da UPI Fase B (Azalea), no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa para cumprimento do plano, iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.3 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo da Companhia mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$333.701 (notas 20).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, em como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e conseqüentemente, a demanda por energia e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica. Para o segundo semestre deste ano, espera-se crescimento mais sustentado da atividade econômica. Na média do ano, o crescimento projetado é de 4,8%, e para 2022, de 2,0%. Considerando ainda que as empresas operacionais, Espira e Brasil PCH, possuem contratos PROINFA (no ambiente regulado), não houve nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás.

Para fins de elaboração das informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No período findo em 30 de junho de 2021 e até a data da emissão dessas informações contábeis intermediárias não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas, identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020, aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2021.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Foram consolidadas as informações contábeis intermediárias das controladas mencionadas na Nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias. Ativos operacionais alienados são consolidados no resultado até a data da sua alienação.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
PCH					
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
Eólico					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

3.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianbra S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

Nota (2): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	418,37	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	418,37	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	418,37	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	202.880	96.360	105,20	151,26	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	137.544	60.444	113,70	163,49	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	76.101	34.164	111,30	160,04	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	176.183	84.972	103,60	148,96	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	82.350	39.420	104,38	150,09	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	173.200	83.220	103,99	149,52	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	187.680	88.476	105,99	152,40	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	135.964	64.824	104,80	150,69	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	198.004	93.732	105,55	151,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	158.288	56.940	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quima) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	224.038	80.592	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	126.630	45.552	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nos Contratos de Energia de Reserva do LER2013 e LER2014, conforme divulgado na Nota 1.1.

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT que totaliza 100,2 MW médios (não examinado) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035 (Nota 25.4).

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.

- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 30 de junho de 2021 e 2020 para o resultado e 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	30/06/2021				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	26.994	-	21.188	-	48.182
Custos não gerenciáveis	(463)	-	-	-	(463)
Margem Bruta	26.531	-	21.188	-	47.719
Custos gerenciáveis	(6.101)	(35.057)	(33.489)	(29.425)	(104.072)
Depreciações e amortizações	-	(255)	-	(821)	(1.076)
Resultado de equivalência patrimonial	62.462	-	-	-	62.462
Perda na alienação de ativos	-	(7.650)	-	-	(7.650)
Receita financeira	371	2.775	317	437	3.900
Despesa financeira	(30.215)	(18.397)	(141)	(35.904)	(84.657)
Imposto de renda e contribuição social	(980)	-	-	-	(980)
Lucro líquido (prejuízo) do período	52.068	(58.584)	(12.125)	(65.713)	(84.354)

	30/06/2021				
Ativos totais	748.512	1.813.594	18.690	55.719	2.636.515
Passivos totais	467.954	1.568.482	29.462	1.414.729	3.480.627

	30/06/2020				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	23.592	-	-	-	23.592
Custos não gerenciáveis	(403)	-	-	-	(403)
Margem Bruta	23.189	-	-	-	23.189
Custos gerenciáveis	(5.559)	(28.830)	31.879	(22.443)	(24.953)
Depreciação	(3.066)	(325)	-	(3.502)	(6.893)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Resultado de equivalência patrimonial	62.016	-	-	-	62.016
Receita financeira	282	25	88	(955)	(560)
Despesa financeira	(3.703)	(97.368)	(5.924)	(45.939)	(152.934)
Imposto de renda e contribuição social	(844)	-	-	-	(844)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	72.315	(130.144)	26.043	(72.839)	(104.625)

	31/12/2020				
Ativos totais	704.077	1.527.433	48.275	17.147	2.296.932
Passivos totais	100.615	1.590.972	31.394	1.681.588	3.404.569

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa		12	10	1	1
Bancos conta movimento		5.521	15.678	236	10.069
Aplicações financeiras de liquidez imediata		307.390	19.136	8.488	-
Aplicações financeiras		67.362	36.304	39.649	296
		<u>380.285</u>	<u>71.128</u>	<u>48.374</u>	<u>10.366</u>
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	28.2	(27.824)	(22.681)	-	-
Total		<u>352.461</u>	<u>48.447</u>	<u>48.374</u>	<u>10.366</u>
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		324.883	29.374	20.796	10.070
Aplicações financeiras		27.330	18.777	27.330	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		248	296	248	296
Total		<u>352.461</u>	<u>48.447</u>	<u>48.374</u>	<u>10.366</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 99,74% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020
Comercialização Mercado livre		3.748	4.070
Eletrobras – ESPRA		6.145	4.395
Outros		-	150
Total		<u>9.893</u>	<u>8.615</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(6.145)	(4.395)
Total		<u>3.748</u>	<u>4.220</u>

Os saldos em 30 de junho de 2021 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
IRRF a compensar		552	147	81	117
Saldo negativo de IRPJ a compensar		5.850	5.294	129	-
COFINS a recuperar		7.252	5.811	-	-
PIS a recuperar		1.575	1.262	-	-
Outros impostos a compensar		173	208	102	101
		<u>15.402</u>	<u>12.722</u>	<u>312</u>	<u>218</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(38)	(35)	-	-
Total		<u>15.364</u>	<u>12.687</u>	<u>312</u>	<u>218</u>

Em 30 de junho de 2021, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova, e os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se aos créditos apurados sobre as despesas com TUST.

Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros impostos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2021. Enquanto os saldos de PIS e COFINS a recuperar seguem sendo acumulados para compensação com débitos futuros.

9. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				30/06/2021	31/12/2020
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	11.960	11.813
Chiplely	Garantia	BNP PARIBAS	Empréstimos BNDES e Citibank	6.934	-
			Transferência para ativos mantidos para venda (nota 28.2)	(11.960)	(11.813)
			Total não circulante	<u>6.934</u>	<u>-</u>

Os saldos referem-se basicamente a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, com taxas que variam entre 50% e 87,72% do CDI, vinculadas ao empréstimo DIP e ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
PCH		
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	(12)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	856.857	960.249
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	259.048	(208.298)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	(235)	2.918
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.743)	(2.459)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.315)	(2.028)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.880)	(3.397)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	3.373	(3.606)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.220)	(2.092)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.698)	(9.992)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.318)	(1.766)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.697)	(4.118)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(4.974)	(11.782)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	1.569	4.200
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(5.427)	(3.391)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	2.854	(4.395)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	1.983	(5.460)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(2.756)	(1.162)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.123)	(5.524)
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	(478)	(3.514)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.696)	(3.339)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(338)	(715)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(6)	(783)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	16.138	(3.249)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(28.835)	(25.534)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	(44)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(61)	(164)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(32)	(110)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.012)	(1.720)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	73.172	71.490
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	(212)
Outras participações ⁽¹⁾	-	(61)
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(181.884)	(169.760)
Total	962.265	560.170
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.214.994	1.038.857
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(252.729)	(478.687)
Total	962.265	560.170

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/06/2021						31/12/2020					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH												
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	-	-	16.864	5.170.101	100,00	101.955	-	(24.806)	21.219
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	366.808	99,99	367	-	-	(2)	359.784	99,99	360	(12)	-	(6)
Chiplep SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	856.857	(152.594)	35.720	744.871.373	99,99	744.871	960.249	(7.741)	91.128
Eólico												
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.670.986.077	99,99	1.556.074	259.048	-	(38.752)	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(208.298)	-	(9.437)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	18.964.794	99,99	18.965	(235)	-	(5.766)	17.361.558	99,99	17.362	2.918	-	(621)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.324.000	99,99	9.324	(1.743)	-	(1.278)	7.559.824	99,99	7.560	(2.459)	-	(824)
Centrais Eólicas Alcauz S.A. - Em recuperação judicial	16.810.100	99,99	16.810	(5.315)	-	(5.735)	14.996.736	99,99	14.997	(2.028)	-	(511)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	21.749.726	99,99	21.750	(5.880)	-	(6.923)	19.142.404	99,99	19.142	(3.397)	-	(732)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.466.832	99,99	25.467	3.373	-	4.870	23.542.317	99,99	23.542	(3.606)	-	(357)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.441.416	99,99	8.441	(1.220)	-	(827)	6.885.612	99,99	6.886	(2.092)	-	(637)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	19.813.434	99,99	19.813	(1.698)	-	4.519	18.011.571	99,99	18.012	(9.992)	-	(492)
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	5.813.892	99,99	5.814	(1.318)	-	(868)	4.614.138	99,99	4.614	(1.766)	-	(491)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	16.197.896	99,99	16.198	(5.697)	-	(5.135)	14.215.026	99,99	14.215	(4.118)	-	(572)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	14.985.806	99,99	14.986	(4.974)	-	3.438	13.014.445	99,99	13.014	(11.782)	-	(609)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.034.641	99,99	18.035	1.569	-	(5.030)	16.493.153	99,99	16.493	4.200	-	(601)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	11.760.698	99,99	11.761	(5.427)	-	(4.055)	10.421.120	99,99	10.421	(3.391)	-	(375)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.390.128	99,99	20.390	2.854	-	6.228	19.464.696	99,99	19.465	(4.395)	-	1.020
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.462.289	99,99	20.462	1.983	-	6.173	19.346.653	99,99	19.347	(5.460)	-	1.125
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	12.541.874	99,99	12.542	(2.756)	-	(3.562)	11.530.260	99,99	11.530	(1.162)	-	(222)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.256.447	99,99	7.256	(2.123)	-	1.933	6.428.922	99,99	6.429	(5.524)	-	(216)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	30/06/2021						31/12/2020					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico												
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	7.139.783	99,99	7.140	(478)	-	2.047	6.598.699	99,99	6.599	(3.514)	-	(171)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.534.495	99,99	4.534	(1.696)	-	714	3.903.274	99,99	3.903	(3.339)	-	(191)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.707.428	99,99	2.707	(338)	-	(210)	2.181.078	99,99	2.181	(715)	-	(217)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.727.147	99,99	3.727	(6)	-	126	3.143.392	99,99	3.143	(783)	-	(236)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	143.528.701	99,99	143.529	16.138	-	(639)	130.234.571	99,99	130.235	(3.249)	-	343
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	3.284.844	99,99	3.285	(28.835)	-	(8.359)	1.408.975	99,99	1.409	(25.534)	-	(10.253)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	65.867	99,99	66	-	-	(11)	32.338	99,99	32	(44)	-	(11)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.093.920	99,99	245.094	(1.012)	-	(384)	244.293.570	99,99	244.294	(1.720)	-	(400)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	1.062.747	99,99	1.063	(61)	-	(21)	968.664	99,99	969	(164)	-	(29)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	939.133	99,99	939	(32)	-	(1)	883.194	99,99	883	(110)	-	(16)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.240	100,00	23	(1)	-	(1)	22.973	100,00	23	(212)	-	(211)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	75.040.854	99,99	75.041	73.172	-	(939)	73.722.950	99,99	73.723	71.490	-	(2.227)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.802.245	99,99	12.802	-	-	(77)	12.640.157	99,99	12.640	-	-	(73)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	(18)	-	-	-	(61)	-	(15)
Comercialização												
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(181.884)	-	(12.124)	524.038.918	100,00	524.039	-	-	-

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1

10.3 Movimentação dos investimentos

10.3.1 Consolidado

	Investimento			Total
	Custo	Mais valia	Ajuste de valor patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.227	466.126	(32.827)	552.526
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	80.168	(18.152)	-	62.016
Dividendos propostos	(52.502)	-	-	(52.502)
Ajuste de valor patrimonial (DRA) ¹	-	-	(894)	(894)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>146.893</u>	<u>447.974</u>	<u>(33.721)</u>	<u>561.146</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	62.462	-	-	62.462
Dividendos propostos	(51.422)	-	-	(51.422)
Ajuste de valor patrimonial (DRA) ¹	-	-	13.482	13.482
Transferência para ativo mantido para venda ²	(11.040)	-	(13.482)	(24.522)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Nota 1: a controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de *Swap* para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como *Hedge* de fluxo de caixa. O efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R\$37.232, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R\$18.988, sendo R\$13.482 no semestre, equivalentes à sua participação de 51%.

Nota 2: em dezembro de 2020, o saldo do investimento mencionado nas Notas 1.3 e 28.2, foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda.

10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 (CONSOLIDADO)

<u>ATIVOS</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	51.422	44.991	Debêntures	127.032	109.853
Aplicações financeiras	13.417	23.462	Outros passivos circulantes	69.280	75.576
Outros ativos circulantes	93.619	70.769	Total dos passivos circulantes	196.312	185.429
Total dos ativos circulantes	158.458	139.222			
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado	1.011.596	1.015.800	Debêntures	660.200	695.531
Outros ativos não circulantes	19.766	16.086	Outros passivos não circulantes	117.227	122.150
Total dos ativos não circulantes	1.031.362	1.031.886	Total dos passivos não circulantes	777.427	817.681
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	216.081	167.998
TOTAL DO ATIVO	1.189.820	1.171.108	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.189.820	1.171.108

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 (CONSOLIDADO)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
RECEITA LÍQUIDA	259.019	267.742
Custo com depreciação e amortização	(18.296)	(18.502)
Outros custos	(31.984)	(28.816)
Despesas gerais e administrativas	(7.326)	(7.837)
Reversão (perda) com contrato oneroso	21	(7.397)
Resultado financeiro	(70.719)	(39.428)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(8.240)	(8.569)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	122.475	157.193

O resultado do período findo em 30 de junho de 2021 foi impactado substancialmente pela: (i) redução da receita líquida; (ii) redução da exposição acumulada no contrato oneroso; e (iii) aumento do resultado financeiro negativo em função do aumento nos juros relacionados as debêntures.

10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2020	Adições	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda ² (nota 28.1)	30/06/2021
PCH								
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	-	16.864	(16.864)	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(12)	14	-	-	-	(2)	-	-
Chiple SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	960.249	-	-	13.482	(152.594)	35.720	-	856.857
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(208.298)	500.036	6.062	-	-	(38.752)	-	259.048
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	2.918	2.550	63	-	-	(5.766)	-	(235)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(2.459)	1.844	150	-	-	(1.278)	-	(1.743)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(2.028)	2.382	66	-	-	(5.735)	-	(5.315)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(3.397)	4.326	114	-	-	(6.923)	-	(5.880)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.606)	2.007	102	-	-	4.870	-	3.373
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.092)	1.625	74	-	-	(827)	-	(1.220)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.992)	3.707	68	-	-	4.519	-	(1.698)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.766)	1.256	60	-	-	(868)	-	(1.318)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(4.118)	3.486	70	-	-	(5.135)	-	(5.697)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.782)	3.304	66	-	-	3.438	-	(4.974)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.200	2.337	62	-	-	(5.030)	-	1.569
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.391)	1.971	48	-	-	(4.055)	-	(5.427)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(4.395)	975	46	-	-	6.228	-	2.854
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(5.460)	1.206	64	-	-	6.173	-	1.983
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(1.162)	1.932	36	-	-	(3.562)	-	(2.756)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.524)	1.458	10	-	-	1.933	-	(2.123)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.514)	984	5	-	-	2.047	-	(478)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.339)	924	5	-	-	714	-	(1.696)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(715)	576	11	-	-	(210)	-	(338)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(783)	648	3	-	-	126	-	(6)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	19.716	310	-	-	(639)	-	16.138
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(25.534)	3.471	1.587	-	-	(8.359)	-	(28.835)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(44)	55	-	-	-	(11)	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.720)	1.019	73	-	-	(384)	-	(1.012)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(164)	115	9	-	-	(21)	-	(61)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(110)	77	2	-	-	(1)	-	(32)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(212)	212	-	-	-	(1)	-	(1)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	71.490	2.489	132	-	-	(939)	-	73.172
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	297	-	-	-	(77)	(220)	-
Outras participações ⁽¹⁾	(61)	78	1	-	-	(18)	-	-
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(169.760)	-	-	-	-	(12.124)	-	(181.884)
Total	560.170	567.077	9.299	13.482	(152.594)	(18.085)	(17.084)	962.265

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 2: em dezembro de 2020, o saldo do investimento mencionado nas Notas 1.3 e 28.2, foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$252.729 (R\$478.687, em 31 de dezembro de 2020).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2019	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	146.283	-	-	(4.493)	13.147
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(6)	-	-	-	(6)
Chiplep SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	876.505	-	(894)	(3.412)	73.077
Eólico					
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(198.861)	-	-	-	(113.572)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	3.539	-	-	-	(581)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.635)	-	-	-	(528)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(1.517)	-	-	-	(662)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.665)	-	-	-	(918)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	-	-	-	(720)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.455)	-	-	-	(454)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.500)	-	-	-	(653)
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	(1.275)	-	-	-	(355)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.546)	-	-	-	(752)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.173)	-	-	-	(699)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.801	-	-	-	(495)
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(3.016)	-	-	-	(542)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(5.415)	-	-	-	(671)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(6.585)	-	-	-	(803)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(940)	-	-	-	(419)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.308)	-	-	-	(315)
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.343)	-	-	-	(217)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.148)	-	-	-	(223)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(498)	-	-	-	(154)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(547)	-	-	-	(167)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.592)	-	-	-	(2.069)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(15.281)	-	-	-	(3.952)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(33)	-	-	-	(10)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.320)	-	-	-	(170)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(135)	-	-	-	(11)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(94)	-	-	-	(11)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	1
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	27.850	45.867	-	-	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640	-	-	-	-
Outras participações(1)	(46)	-	-	-	(21)
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(175.746)	-	-	-	25.973
Total	611.688	45.867	(894)	(7.905)	(17.952)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

10.4 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	10.177
Dividendos propostos	52.502	7.905
Dividendos recebidos	<u>(52.502)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	-	18.082
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	42.724
Dividendos propostos	51.422	152.594
Dividendos recebidos	<u>(51.422)</u>	<u>(160.626)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>-</u>	<u>34.692</u>

Controladora: o saldo de R\$34.692, em 30 de junho de 2021, refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$30.364) e Chipley (R\$4.328).

Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.

11. Imobilizado

11.1 Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2021			31/12/2020		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(27.879)	67.918	95.797	(27.879)	67.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(15.693)	30.643	46.336	(15.693)	30.643
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(25.192)	39.823	65.015	(25.192)	39.823
Móveis e utensílios	10%	142	(131)	11	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.566)	126	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.617)	122	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.370)	2
Outros	14%	16	(15)	1	16	(15)	1
		<u>236.949</u>	<u>(97.710)</u>	<u>139.239</u>	<u>236.949</u>	<u>(97.667)</u>	<u>139.282</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.958)	1.398	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(163)	691	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.122	(1.805)	317	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.339	(3.313)	26	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.833	(3.580)	253	3.778	(3.552)	226
		<u>15.504</u>	<u>(12.819)</u>	<u>2.685</u>	<u>15.445</u>	<u>(12.418)</u>	<u>3.027</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		73	-	73	17	-	17
Total do imobilizado em serviço		<u>252.526</u>	<u>(110.529)</u>	<u>141.997</u>	<u>252.411</u>	<u>(110.085)</u>	<u>142.326</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		681.877	-	681.877	681.984	-	681.984
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		273.355	-	273.355	273.116	-	273.116
Móveis e utensílios		105	-	105	-	-	-
Torres de medição		4.566	-	4.566	4.566	-	4.566
Aerogeradores		1.493.055	-	1.493.055	1.491.245	-	1.491.245
Equipamentos de subestação		330.677	-	330.677	447.544	-	447.544
Adiantamentos a fornecedores		35.206	-	35.206	679	-	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		<u>(1.348.507)</u>	<u>-</u>	<u>(1.348.507)</u>	<u>(1.417.496)</u>	<u>-</u>	<u>(1.417.496)</u>
Total do imobilizado em curso		<u>1.483.488</u>	<u>-</u>	<u>1.483.488</u>	<u>1.494.792</u>	<u>-</u>	<u>1.494.792</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		48.510	(12.479)	36.031	45.005	(11.868)	33.137
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.2)		(268.007)	-	(268.007)	(374.454)	-	(374.454)
Total imobilizado		<u>1.516.517</u>	<u>(123.008)</u>	<u>1.393.509</u>	<u>1.417.754</u>	<u>(121.953)</u>	<u>1.295.801</u>

11.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos vinculados aos ativos vendidos (Nota 1.2.1)	30/06/2021
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	-	2.122
Softwares	3.339	-	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.778	55	-	-	-	3.833
	<u>15.445</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.504</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	-	56	(56)	-	-	-
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>44.248</u>	<u>115</u>	<u>(56)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.307</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Torres de medição	(22.542)	(24)	-	-	-	(22.566)
Equipamentos de medição	(3.600)	(17)	-	-	-	(3.617)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	-	(2.372)
	<u>(28.512)</u>	<u>(43)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.555)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(267)	-	-	-	(3.958)
Benfeitorias	(146)	(17)	-	-	-	(163)
Móveis e utensílios	(1.718)	(87)	-	-	-	(1.805)
Softwares	(3.311)	(2)	-	-	-	(3.313)
Equipamento de informática	(3.552)	(28)	-	-	-	(3.580)
	<u>(12.418)</u>	<u>(401)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.819)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(40.930)</u>	<u>(444)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.374)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>3.318</u>	<u>(329)</u>	<u>(56)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.933</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	528.964	10.401	47.206	(10.510)	-	576.061
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	9.070	-	3.022	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.900	239	32.216	-	-	273.355
Móveis e utensílios	-	105	-	-	-	105
Torres de medição	3.440	-	1.126	-	-	4.566
Aerogeradores	1.483.661	1.810	7.584	-	-	1.493.055
Equipamentos de subestação	304.316	78	143.228	10.430	(127.375)	330.677
Adiantamentos a fornecedores	679	34.777	-	(250)	-	35.206
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.292.351)	-	(125.145)	-	68.989	(1.348.507)
Total do imobilizado em curso	<u>1.279.741</u>	<u>47.410</u>	<u>109.237</u>	<u>(330)</u>	<u>(58.386)</u>	<u>1.377.672</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	15.380	3.934	(2.698)	(215)	(213)	16.188
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.638)	(632)	(36)	18	4	(3.284)
Total direito de uso	<u>12.742</u>	<u>3.302</u>	<u>(2.734)</u>	<u>(197)</u>	<u>(209)</u>	<u>12.904</u>
Total do imobilizado	<u>1.295.801</u>	<u>50.383</u>	<u>106.447</u>	<u>(527)</u>	<u>(58.595)</u>	<u>1.393.509</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	30/06/2020
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	3	-	-	2.117
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	254	-	-	3.778
	<u>15.158</u>	<u>257</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.415</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	14	-	-	-	14
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.121</u>	<u>257</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.378</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.644)	(1.117)	-	-	(26.761)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.429)	(632)	-	-	(15.061)
Máquinas e equipamentos	(23.178)	(1.008)	-	-	(24.186)
Móveis e utensílios	(131)	(1)	-	-	(132)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	(245)
Torres de medição	(22.160)	(335)	-	-	(22.495)
Equipamentos de medição	(3.363)	(252)	-	-	(3.615)
Equipamentos de torres	(2.350)	(14)	-	-	(2.364)
Outros	(14)	-	-	-	(14)
	<u>(91.514)</u>	<u>(3.359)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(94.873)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(268)	-	-	(3.424)
Benfeitorias	(111)	(17)	-	-	(128)
Móveis e utensílios	(1.519)	(103)	-	-	(1.622)
Softwares	(3.294)	(12)	-	-	(3.306)
Equipamento de informática	(3.472)	(34)	-	-	(3.506)
	<u>(11.552)</u>	<u>(434)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.986)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(103.066)</u>	<u>(3.793)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(106.859)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>149.055</u>	<u>(3.536)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.519</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	30/06/2020
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	679.011	2.530	(416)	-	681.125
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.074	42	-	-	273.116
Torres de medição	3.989	-	-	-	3.989
Aerogeradores	1.491.228	-	-	-	1.491.228
Equipamentos de subestação	445.995	790	-	-	446.785
Adiantamentos a fornecedores	679	209	-	-	888
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.413.850)	(3.646)	-	-	(1.417.496)
Total do imobilizado em curso	1.493.280	(75)	(416)	-	1.492.789
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	44.573	1.511	-	(283)	45.801
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(571)	(308)	-	-	(879)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(5.602)	(2.792)	-	-	(8.394)
Total direito de uso	38.400	(1.589)	-	(283)	36.528
Total do imobilizado	1.680.735	(5.200)	(416)	(283)	1.674.836

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

11.3 Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2021			31/12/2020		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.566)	126	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.617)	122	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.370)	2
		<u>28.803</u>	<u>(28.555)</u>	<u>248</u>	<u>28.803</u>	<u>(28.512)</u>	<u>291</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.958)	1.398	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(163)	691	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.122	(1.805)	317	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.339	(3.313)	26	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.815	(3.562)	253	3.760	(3.534)	226
		<u>15.486</u>	<u>(12.801)</u>	<u>2.685</u>	<u>15.427</u>	<u>(12.400)</u>	<u>3.027</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>44.289</u>	<u>(41.356)</u>	<u>2.933</u>	<u>44.230</u>	<u>(40.912)</u>	<u>3.318</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		20.874	-	20.874	17.918	-	17.918
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	11	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.185)	-	(1.185)	(1.185)	-	(1.185)
Total do imobilizado em curso		<u>20.812</u>	<u>-</u>	<u>20.812</u>	<u>17.856</u>	<u>-</u>	<u>17.856</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		21.953	(9.696)	12.257	21.469	(9.319)	12.150
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.1)		(30.228)	-	(30.228)	(26.937)	-	(26.937)
Total imobilizado		<u>56.826</u>	<u>(51.052)</u>	<u>5.774</u>	<u>56.618</u>	<u>(50.231)</u>	<u>6.387</u>

11.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificação ¹	30/06/2021
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	2.122
Softwares	3.339	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.760	55	-	-	3.815
	<u>15.427</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.486</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>44.230</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.289</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(24)	-	-	(22.566)
Equipamentos de medição	(3.600)	(17)	-	-	(3.617)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	<u>(28.512)</u>	<u>(43)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.555)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(267)	-	-	(3.958)
Benfeitorias	(146)	(17)	-	-	(163)
Móveis e utensílios	(1.718)	(87)	-	-	(1.805)
Softwares	(3.311)	(2)	-	-	(3.313)
Equipamento de informática	(3.534)	(28)	-	-	(3.562)
	<u>(12.400)</u>	<u>(401)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.801)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(40.912)</u>	<u>(444)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.356)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>3.318</u>	<u>(385)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.933</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	2.469	3.037	(2.953)	(80)	2.473
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>2.407</u>	<u>3.037</u>	<u>(2.953)</u>	<u>(80)</u>	<u>2.411</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.261	483	(338)	-	2.406
(-) Amortização contratos de arrendamento	(1.599)	(377)	-	-	(1.976)
	<u>662</u>	<u>106</u>	<u>(338)</u>	<u>-</u>	<u>430</u>
Total do imobilizado	<u>6.387</u>	<u>2.758</u>	<u>(3.291)</u>	<u>(80)</u>	<u>5.774</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificação ¹	Aumento de capital em controladas	30/06/2020
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	3	-	-	-	2.117
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	253	-	-	-	3.759
	<u>15.140</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.396</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.943</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.199</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.160)	(335)	-	-	-	(22.495)
Equipamentos de medição	(3.363)	(252)	-	-	-	(3.615)
Equipamentos de torres	(2.350)	(14)	-	-	-	(2.364)
	<u>(27.873)</u>	<u>(601)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.474)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(268)	-	-	-	(3.424)
Benfeitorias	(111)	(17)	-	-	-	(128)
Móveis e utensílios	(1.519)	(103)	-	-	-	(1.622)
Softwares	(3.294)	(12)	-	-	-	(3.306)
Equipamento de informática	(3.454)	(33)	-	-	-	(3.487)
	<u>(11.534)</u>	<u>(433)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.967)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(39.407)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.441)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>4.536</u>	<u>(778)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.758</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	60.368	2.527	-	-	(46.404)	16.491
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	537	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>59.769</u>	<u>2.527</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.867)</u>	<u>16.429</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	23.044	-	-	(283)	-	22.761
(-) Amortização contratos de arrendamento	(4.893)	(2.468)	-	-	-	(7.361)
	<u>18.151</u>	<u>(2.468)</u>	<u>-</u>	<u>283</u>	<u>-</u>	<u>15.400</u>
Total do imobilizado	<u>82.456</u>	<u>(719)</u>	<u>-</u>	<u>(283)</u>	<u>(45.867)</u>	<u>35.587</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em serviço existente em 30 de junho de 2021 referente as PCHs da Espra foi transferido para rubrica de ativos mantidos para venda.

11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em curso existente em 30 de junho de 2021 referente a determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de junho de 2021 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado Bruto	Impairment	Imobilizado Líquido
Alto Sertão III - Fase A ⁽¹⁾			
ACL (Light I) ⁽²⁾	1.588.270	(701.732)	858.143
LER 2013	842.720	(409.426)	422.987
	<u>2.430.990</u>	<u>(1.111.158)</u>	<u>1.281.130</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽³⁾			
ACL (Light II)	68.705	(34.403)	34.302
ACL (Mercado livre II)	42.901	(21.753)	21.148
	<u>111.606</u>	<u>(56.156)</u>	<u>55.450</u>
Outros			
Outras imobilizações em curso ⁽⁴⁾	108.742	(537)	108.205
Transferência para ativos mantidos para venda	(106.352)	537	(105.815)
Total do imobilizado em curso	<u>2.544.986</u>	<u>(1.167.314)</u>	<u>1.377.672</u>

Nota 1: Conforme mencionado na Nota 1.1, a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas dos parques eólicos do Complexo Alto Sertão III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar a ANEEL conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto nos Planos de Recuperação Judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Dessa forma, nenhuma provisão adicional foi constituída.

Nota 2: Os ativos pertinentes ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha “ACL (Light 1)” acima.

Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 17.a, a Companhia mantém provisão de R\$61.080 no período findo em 30 de junho de 2021, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia, não sendo identificado em 30 de junho de 2021 a necessidade de qualquer provisão complementar de *impairment*.

11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 30 de junho de 2021 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 30 de junho de 2021 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 30 de junho de 2021, a Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 5,78% ao ano, e não identificou necessidade de complementar a provisão anteriormente constituída (R\$1.417.496 em 31 de dezembro de 2020).

11.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espra e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.427.488, conforme Nota 14.3.

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstrução do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

12. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas identificaram 1.775 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.640 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 135 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	30/06/2021		Passivo	30/06/2021	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	11.422	7.155
Direito de uso do ativo arrendado	48.510	21.953	(-) Juros a apropriar	(5.091)	(1.529)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(12.479)	(9.696)	Total do passivo circulante	6.331	5.626
	36.031	12.257	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	84.992	11.952
			(-) Juros a apropriar	(50.721)	(2.362)
			Total do passivo não circulante	34.271	9.590
Transferência para ativos mantidos para venda	(23.127)	(11.827)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(26.627)	(14.702)
Ativo total	12.904	430	Passivo total	13.975	514

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Custo		
Amortização direito de uso	391	-
Despesa		
Amortização direito de uso	632	377
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>2.673</u>	<u>945</u>
Total	<u><u>3.696</u></u>	<u><u>1.322</u></u>

Em 30 de junho de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	2.619	6.836
2022	4.804	9.087
2023	4.263	8.146
2024	3.773	7.210
2025	3.408	5.262
2026 a 2030	14.587	20.355
2031 a 2035	9.762	15.777
2036 a 2040	7.291	10.035
2041 a 2045	4.362	10.022
2046 a 2050	<u>943</u>	<u>3.684</u>
Total	<u><u>55.812</u></u>	<u><u>96.414</u></u>

13. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores		46.888	41.848	7.318	9.142
Fornecedores recuperação judicial		256.617	305.801	48.627	44.410
		303.505	347.649	55.945	53.552
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28.2	(600)	(331)	-	-
		302.905	347.318	55.945	53.552
Apresentados como:					
Circulante		62.285	45.492	20.027	9.485
Não circulante		240.620	301.826	35.918	44.067
Total		302.905	347.318	55.945	53.552

Em 30 de junho de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$256.617 (consolidado), sendo R\$16.971 - Classe I, R\$236.257 - Classe III e R\$3.389 - Classe IV. Na controladora o total é R\$48.627, sendo, R\$16.971 - Classe I, R\$31.366 - Classe III e R\$290 - Classe IV.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

14.1 Consolidado

		Consolidado													
		30/06/2021						31/12/2020							
		Circulante			Não circulante			Total geral	Circulante			Não circulante			Total geral
Custo da Dívida		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
Moeda Nacional															
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(14.6.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.) ^a	802	11.126	11.928	3.207	44.506	47.713	59.641	4.410	11.127	15.537	-	50.069	50.069	65.606
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(14.6.c)	100% CDI ^b	90	-	90	7.778	455.253	463.031	463.121	44	-	44	17.187	445.253	462.440	462.484
Banco Bradesco ^(14.6.d)	100% CDI ^b	63	-	63	16.418	323.034	339.452	339.515	32	-	32	12.196	323.034	335.230	335.262
Banco Itaú ^(14.6.d)	100% CDI ^b	23	-	23	6.007	118.183	124.190	124.213	11	-	11	4.461	118.183	122.644	122.655
Citibank ^(14.6.d)	100% CDI ^b	16	-	16	4.045	79.585	83.630	83.646	8	-	8	3.005	79.585	82.590	82.598
Banco ABC ^(14.6.d)	100% CDI ^b	9	-	9	2.403	47.273	49.676	49.685	5	-	5	1.785	47.273	49.058	49.063
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	23.679	171.027	194.706	-	-	-	194.706	16.634	171.027	187.661	-	-	-	187.661
Citibank ^(14.6.d)	100% CDI ^b	9.391	166.053	175.444	-	-	-	175.444	795	188.882	189.677	-	-	-	189.677
Banco Modal ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	10	-	10	169	21.386	21.555	21.565	795	-	7	83	21.386	21.469	21.476
Banco Bradesco ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	2	-	2	37	4.674	4.711	4.713	795	-	3	17	4.674	4.691	4.694
Banco Itaú ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	2	-	2	36	4.503	4.539	4.541	795	-	3	16	4.503	4.519	4.522
Banco Safra ^(14.6.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	18	2.558	2.576	2.577	795	2.709	3.010	-	-	-	3.010
		<u>34.088</u>	<u>348.206</u>	<u>382.294</u>	<u>40.118</u>	<u>1.100.955</u>	<u>1.141.073</u>	<u>1.523.367</u>	<u>25.119</u>	<u>373.745</u>	<u>395.998</u>	<u>38.750</u>	<u>1.093.960</u>	<u>1.132.710</u>	<u>1.528.708</u>
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 28.2)		(802)	(11.126)	(11.928)	(3.207)	(44.506)	(47.713)	(59.641)	(4.410)	(11.127)	(15.537)	-	(50.069)	(50.069)	(65.606)
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		<u>33.286</u>	<u>337.080</u>	<u>370.366</u>	<u>36.911</u>	<u>1.056.449</u>	<u>1.093.360</u>	<u>1.463.726</u>	<u>20.709</u>	<u>362.618</u>	<u>380.461</u>	<u>38.750</u>	<u>1.043.891</u>	<u>1.082.641</u>	<u>1.463.102</u>
DIP Quadra ^(14.6.e)	15% a.a.	26.379	14.498	40.877	-	347.967	347.967	388.844	-	-	-	-	-	-	-
Custo de captação da operação		-	(1.489)	(1.489)	-	(12.407)	(12.407)	(13.896)	-	-	-	-	-	-	-
		<u>26.379</u>	<u>13.009</u>	<u>39.388</u>	<u>-</u>	<u>335.560</u>	<u>335.560</u>	<u>374.948</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		<u>59.665</u>	<u>350.089</u>	<u>409.754</u>	<u>36.911</u>	<u>1.392.009</u>	<u>1.428.920</u>	<u>1.838.674</u>	<u>20.709</u>	<u>362.618</u>	<u>380.461</u>	<u>38.750</u>	<u>1.043.891</u>	<u>1.082.641</u>	<u>1.463.102</u>

14.2 Controladora

14.2.1 Empréstimos

	Custo da Dívida	30/06/2021						31/12/2020			
		Circulante			Não circulante			Circulante			
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Total geral	Encargos	Principal	Total
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	23.679	171.027	194.706	-	-	-	194.706	16.634	171.027	187.661
Citibank ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	9.391	166.053	175.444	-	-	-	175.444	795	188.882	189.677
Banco Safra ^(14.6.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	18	2.558	2.576	2.577	301	2.709	3.010
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		33.071	337.080	370.151	18	2.558	2.576	175.444	1.096	191.591	192.687

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

14.2.2 Debêntures privadas

	Custo da Dívida	Não circulante					
		31/03/2021			31/12/2020		
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Debêntures privadas ^(14.6.f)	TR + 0,5% a.a.	694	490.859	491.553	137	51.000	51.137

Em 30 de junho de 2021 a dívida total que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.093.576, sendo, R\$1.060.180 da Classe II e R\$33.396 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3.

14.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2021, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 14.6.a)	BNDES (nota 14.6.c)	Banco BTG (nota 14.6.d)	DIP Quadra (nota 14.6.e)	Total
Recebíveis da Espra	479.734	-	479.734	-	479.734
Penhor de ações da Enerbras	159.561	-	159.561	-	159.561
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	136.233	1.291.255	136.233	-	1.427.488
Caução em dinheiro (Nota 9)	11.960	-	-	6.934	18.894
Total	787.488	1.291.255	775.528	6.934	2.085.677

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 14.6.

14.4 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.300.734</u>	<u>261.564</u>	<u>1.562.298</u>	<u>356.641</u>	<u>12.021</u>	<u>368.662</u>
Assunção de dívida de controlada	-	-	-	2.557	-	2.557
Encargos financeiros provisionados	-	83.592	83.592	-	11.709	11.709
Encargos financeiros pagos	-	(1.388)	(1.388)	-	-	-
Comissões e outras penalidades	941	-	941	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.877)	-	(7.877)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	103	-	103	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>1.293.901</u>	<u>343.768</u>	<u>1.637.669</u>	<u>359.198</u>	<u>23.730</u>	<u>382.928</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.406.509</u>	<u>56.593</u>	<u>1.463.102</u>	<u>362.618</u>	<u>17.730</u>	<u>380.348</u>
Empréstimos obtidos	362.465	-	362.465	-	-	-
Provisão dos encargos financeiros	-	57.452	57.452	-	15.211	15.211
Encargos financeiros pagos	-	(2.797)	(2.797)	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(33.617)	-	(33.617)	(22.832)	-	(22.832)
Incorporação de juros ao principal	17.840	(17.840)	-	(148)	148	-
Custo de captação	(14.392)	-	(14.392)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	496	-	496	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	2.797	3.168	5.965	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>1.742.098</u>	<u>96.576</u>	<u>1.838.674</u>	<u>339.638</u>	<u>33.089</u>	<u>372.727</u>

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.000	137	51.137
Captação de debêntures privadas	439.859	-	439.859
Encargos financeiros provisionados	-	557	557
Saldos em 30 de junho de 2021	490.859	694	491.553

14.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Ano de vencimento	30/06/2021	
	Consolidado	Controladora
2022	14.120	1
2023	59.978	129
2024	79.475	129
2025	72.232	129
2026	79.250	129
2027 a 2031	1.122.092	966
2032 a 2036	14.180	1.093
Total	1.441.327	2.576

14.6 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$136.233), o penhor de ações da Enerbras (R\$159.561), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$479.734 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.960, em 30 de junho de 2021, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 9). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

b. Banco Safra

Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação (“Itaparica”) judicial assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrou a integridade da dívida junto a FINEP utilizando R\$6.097 de recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogou no saldo remanescente de R\$2.557, que constou na lista de credores em nome do FINEP na Classe III do plano de recuperação judicial. Contudo, o Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundamentado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito. A Companhia opôs embargos à execução que estão suspensos, uma vez que o juízo recuperacional foi instado a decidir acerca da concursalidade ou não do crédito, tendo decidido pela sua concursalidade. O Banco Safra interpôs recurso, para o qual as partes aguardam julgamento.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

As dívidas com esses bancos foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) cessão fiduciária de 34,72% dos dividendos da Chipley, (iii) penhor das máquinas e equipamentos, (iv) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (v) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vii) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Banco Modal S.A.: em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina como avalistas.

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 17) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados acima foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundo da venda de ativos (Nota 1.3). Em 05 de abril de 2021, com a alienação da UPI Fase B, a Companhia amortizou R\$12.830.

As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Chipley à Renova.

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e será amortizada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbras (Nota 1.3).

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplimento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

e. DIP Quadra

Em 17 de dezembro de 2020, a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R\$ 362.465 que estão sendo utilizados para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

O pagamento do principal atualizado ou seu saldo deverá ser realizado de acordo com o cronograma de amortização abaixo, acrescido dos encargos remuneratórios previstos na referida cédula de crédito:

Vencimento	Saldo principal atualizado	Vencimento	Saldo principal atualizado	Vencimento	Saldo principal atualizado
15/04/2022	4,00%	15/04/2025	2,99%	15/04/2028	26,88%
15/10/2022	4,17%	15/10/2025	3,09%	15/10/2028	36,76%
15/04/2023	0,82%	15/04/2026	4,46%	15/04/2029	38,37%
15/10/2023	0,82%	15/10/2026	4,67%	15/10/2029	62,26%
15/04/2024	3,87%	15/04/2027	17,48%	15/04/2030	50,00%
15/10/2024	4,02%	15/10/2027	21,19%	15/10/2030	Saldo remanescente

f. Debêntures privadas

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controlada Chipley e pelas controladas que integram o Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 30/06/2021
24/03/2020	Chipley	4 ^a	51.000	24/03/2025	51.225
05/03/2021	Chipley	5 ^a	348.519	05/03/2026	348.905
08/03/2021	Chipley	6 ^a	20.210	08/03/2026	20.232
24/03/2021	Chipley	7 ^a	20.400	24/03/2026	20.419
05/04/2021	Fase B	8 ^a	50.730	24/03/2025	50.772
			<u>490.859</u>		<u>491.553</u>

15. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
IRPJ a pagar	134	101	-	-
CSLL a pagar	33	19	-	-
COFINS a recolher	51	15	7	11
PIS a recolher	8	3	1	2
Tributos sobre folha de pagamento	1.015	1.091	1.015	1.091
Tributos retidos de terceiros	1.792	3.828	933	2.926
Tributos sobre operações de mútuo	37	12	37	12
Tributos em parcelamento	23.459	25.963	4.296	4.798
Outros impostos a recolher	173	521	-	-
	<u>26.702</u>	<u>31.553</u>	<u>6.289</u>	<u>8.840</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(216)	(214)	-	-
TOTAL	<u><u>26.486</u></u>	<u><u>31.339</u></u>	<u><u>6.289</u></u>	<u><u>8.840</u></u>
Apresentados como:				
Circulante	9.257	11.064	3.202	5.179
Não circulante	17.229	20.275	3.087	3.661
Total	<u><u>26.486</u></u>	<u><u>31.339</u></u>	<u><u>6.289</u></u>	<u><u>8.840</u></u>

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$4.296 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 30 de junho de 2021 corresponde a R\$ 3.298, e ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 30 de junho de 2021 é R\$ 998.

Em 2019, determinadas controladas como a Chipley SP Participações, Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, as controladas Chipley SP Participações e Renova Comercializadora de Energia parcelaram débitos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

16. Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás (consolidado)

	Passivo	
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Eletróbrás	2.254	3.640
CCEE	25.256	17.373
Total	27.510	21.013
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(2.254)	(3.640)
Total do circulante	25.256	17.373
Não circulante		
Eletróbrás	10.208	12.432
CCEE	42.731	40.778
	52.939	53.210
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(10.208)	(12.432)
Total do não circulante	42.731	40.778
Total	67.987	58.151

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$33.825 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

Eletróbrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletróbrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletróbrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será

pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

16.1 Movimentação

A movimentação dos exercícios está apresentada a seguir:

	31/12/2020	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	30/06/2021
Eletrobras	-	(259)	-	(3.351)	-	3.610	-
CCEE	58.151	-	14.863	(5.052)	25	-	67.987
Total do passivo	58.151	(259)	14.863	(8.403)	25	3.610	67.987

	31/12/2019	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	30/06/2020
Eletrobras	22.777	362	-	(4.144)	18.995
CCEE	41.577	-	7.542	-	49.119
Total do passivo	64.354	362	7.542	(4.144)	68.114

17. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Penalidades regulatórias ^(a)	67.879	61.080	-	-
Outros ^(b)	120.220	136.732	83.605	96.803
Total	188.099	197.812	83.605	96.803
Transferência de passivo para ativo mantido para venda (nota 28.2)	(912)	(1.051)		
Total	187.187	196.761	83.605	96.803
Apresentados como:				
Circulante	95.399	93.538	27.389	29.105
Não circulante	91.788	103.223	56.216	67.698
Total	187.187	196.761	83.605	96.803

(a) Refere-se a valores provisionados em favor da: i) ANEEL no montante de R\$61.080 referente as penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019 e ii) CCEE no montante de R\$6.799 referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

- (b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros, em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial, no montante de R\$43.391 (Nota 1.2.2), ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na Nota 11.8, no montante de R\$25.375, iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 14.6, no montante atualizado de R\$16.027 (Classe III), iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$30.251, sendo R\$1.934 na Classe I, R\$28.269, na Classe III e R\$48 na Classe IV e v) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R\$4.212.

18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 30 de junho de 2021, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$145.035 (31 de dezembro de 2020, R\$132.826), sendo R\$40.717 cíveis, R\$8.151 trabalhistas, R\$93.134 fiscais, R\$533, administrativas e R\$2.500, regulatórias. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de junho de 2021:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição ^(a)	8.778	162	-	-	-	8.940
Atualização	3.141	530	843	85	-	4.599
Baixa	(30)	(1.328)	-	-	-	(1.358)
Total	40.714	8.136	93.134	523	2.500	145.007
Honorários de êxito ^(b)	3	15	-	10	-	28
Saldos em 30 de junho de 2021	40.717	8.151	93.134	533	2.500	145.035

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.944	8.757	89.318	156	195.175
Adição	8.127	1.046	-	-	9.173
Atualização	19	197	-	12	228
Baixa	(46.916)	(302)	-	-	(47.218)
Pagamento	(6.392)	-	-	-	(6.392)
Saldos em 30 de junho de 2020	51.782	9.698	89.318	168	150.966

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros.

(b) refere-se a complemento da provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável, constituídas com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia nos processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$956.969 (31 de dezembro de 2020, R\$963.648), sendo R\$949.791 (31 de dezembro de 2020, R\$956.824) cíveis, R\$2.888 (31 de dezembro de 2020, R\$2.765) administrativas e R\$4.290 trabalhistas (31 de dezembro de 2020, R\$4.060), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de junho de 2021.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

- a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiveram provisão de R\$25.019.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$15.698 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

Possíveis

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$450.924 (R\$313.393, 31 de dezembro de 2020) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$506.045 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

18.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Como divulgado no Fato Relevante publicado em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia constituiu, em março de 2018, um Comitê de Monitoramento formado por membros do próprio Conselho de Administração e também do Conselho Fiscal para supervisionar a realização de uma investigação interna, conduzida por empresa independente especializada em investigações forenses com suporte de um escritório de advocacia externo inicialmente para avaliação dos fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”. A investigação independente foi iniciada em março de 2018 e concluída em fevereiro de 2020.

Ao final da investigação interna, o escritório de investigação independente emitiu seu relatório, que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração. O relatório final dessas investigações internas acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões nos anos de 2012 a 2018, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões nos anos de 2012 a 2017 e (iii) falhas nos controles internos da Companhia.

Após análise minuciosa dos valores citados no relatório dos Investigadores Independentes a Administração concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da Companhia e assim devem ser mantidos. Por outro lado, a Administração constatou que o valor restante (R\$142 milhões) já havia sido lançado contra o resultado de exercícios em anos anteriores, e, portanto, não produziram nenhum impacto informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2021 e de períodos anteriores.

A Companhia tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Investigação Mineira ainda não foram finalizados, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes poderão ser reveladas no futuro.

Em outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos dos Impostos de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Conquanto a Companhia tenha apresentado impugnação desse Auto de Infração, a qual foi rejeitada em 1ª instância administrativa e tendo a Companhia apresentado tempestivamente o devido Recurso Voluntário que está pendente de julgamento, os advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia.

Com o objetivo de fortalecer o Programa de *Compliance* da Companhia, foram implementados os seguintes planos de ação:

- (i) Implementação de metas de gestão relacionadas a *Compliance* em todas as diretorias;

- (ii) Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- (iii) Implementação de monitoramento de terceiros de alto risco;
- (iv) Comunicação e treinamento de colaboradores;
- (v) Aprimoramento do canal de denúncia e de procedimentos de apuração de denúncias, com a definição de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- (vi) Revisão de cláusulas de integridade nos contratos de prestação de serviços e de arrendamentos, permitindo a realização de auditorias desses contratos e possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta por parte de seus terceiros;
- (vii) Obtenção de termos de adesão a Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração além dos membros do Conselho Fiscal;
- (viii) Implementação de ferramentas eletrônicas de assinatura de contratos e documentos corporativos permitindo a formalização desses documentos mesmo diante do distanciamento social imposto pela COVID-19, assegurando maior agilidade e rastreabilidade das contratações;
- (ix) Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia;

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de *Compliance* da Renova Energia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa e mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para a transparência na evolução e efetividade do Programa de *Compliance* da Renova Energia.

A Companhia informa que continuará à disposição para colaborar com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes e avaliando, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados não apenas à conclusão definitiva dessas investigações, mas também as medidas adequadas à proteção da sua imagem perante nossos *stakeholders*.

19. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG e a Light, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Ambos os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos estavam inferiores aos preços da energia que estava sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 30 de junho de 2021 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$19.685, (R\$18.335, em 31 de dezembro de 2020), assim a Companhia complementou a provisão existente em R\$1.350.

20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, para efetivar o “1º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial do Grupo Renova.

O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 334.397 representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais. Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a “1ª Janela do Pedido de Conversão” foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores.

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$3.295.173 (R\$2.960.776, em 31 de dezembro de 2020) dividido em 100.142.466 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 50.854.986 ações ordinárias e 49.287.480 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.328.648	51,77%	1	0,00%	26.328.649	26,29%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	3,23%	-	0,00%	1.642.183	1,64%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,74%	-	0,00%	884.252	0,88%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	17,08%	-	0,00%	8.686.842	8,67%
Cemig GT	15.115.371	29,72%	1	0,00%	15.115.372	15,09%
Outros Acionistas	24.526.338	48,23%	49.287.479	100,00%	73.813.817	73,71%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,05%	406.795	0,83%	434.154	0,43%
Ricardo Lopes Delneri	8.060.815	15,85%	16.579.307	33,64%	24.640.122	24,61%
Renato do Amaral Figueiredo	5.728.642	11,26%	11.266.684		16.995.326	16,97%
Renato do Amaral Figueiredo ²	36.162	0,07%	-	0,00%	36.162	0,04%
BNDESPAR	696.683	1,37%	1.393.366	2,83%	2.090.049	2,09%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	3,37%	3.424.354	6,95%	5.136.532	5,13%
Outros	8.264.499	16,25%	16.216.973	32,90%	24.481.472	24,45%
Total	50.854.986	100,00%	49.287.480	77,14%	100.142.466	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Em 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou novo aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, de forma a efetivar o 2º Processo de

Aumento de Capital e Conversão, nos termos dos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. O aumento de capital foi aprovado com o valor de até R\$ 345.286, sendo admitida a homologação parcial, caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 44.928, que corresponde ao valor mínimo dos créditos a serem capitalizados nos termos dos planos. O aumento de capital e o seu valor definitivo estão sujeitos a homologação pelo Conselho de Administração, após encerrados os prazos de exercício do direito de preferência e de subscrição de sobras pelos titulares de direitos de subscrição.

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

d) Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada em conjunto Brasil PCH, que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM (Nota 10.3.1).

21. Receita líquida

	Consolidado								
	2º Trimestre				Acumulado 6 meses				
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
	MWh*	MWh*			MWh*	MWh*			
Geração									
Suprimento de energia elétrica - PCHs	17.736	46.676	15.768	11.686	37.493	76.989	28.017	24.485	
Outras receitas									
Operações - comercialização de energia elétrica			11.470	-			23.347	-	
			27.238	11.686			51.364	24.485	
Deduções s/ receitas:									
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(1.637)	(426)			(3.182)	(893)	
Total			25.601	11.260			48.182	23.592	

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. Custos e despesas (receitas)

	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Custo dos serviços								
Compra de energia ⁽¹⁾	14.703	-	-	-	31.453	-	-	-
Custo da operação								
Serviços de terceiros	1.099	779	-	-	1.940	1.795	-	-
Seguros	52	51	-	-	104	102	-	-
Material de uso e consumo	82	172	-	-	270	521	-	-
Repactuação do risco hidrológico	557	533	-	-	1.107	1.065	-	-
Outros custos	5	-	-	-	10	7	-	-
	<u>1.795</u>	<u>1.535</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.431</u>	<u>3.490</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depreciações e amortizações (Nota 11)	21	1.774	21	234	43	3.667	43	601
Encargos do uso do sistema de distribuição								
Tusd/Tust ⁽²⁾	180	173	-	-	395	339	-	-
Taxa de fiscalização	34	32	-	-	68	64	-	-
	<u>214</u>	<u>205</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>463</u>	<u>403</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>16.733</u>	<u>3.514</u>	<u>21</u>	<u>234</u>	<u>35.390</u>	<u>7.560</u>	<u>43</u>	<u>601</u>
Despesas								
Gerais e administrativas								
Pessoal e administradores	3.105	3.152	1.844	1.549	10.938	10.479	5.673	5.041
Serviços de terceiros	6.565	6.346	5.277	3.904	15.840	12.869	13.094	8.427
Aluguéis e arrendamentos	64	114	1	1	158	264	2	12
Viagens	255	118	6	-	377	323	20	58
Seguros	1.167	3.093	244	366	2.245	3.926	462	378
Telefonia e TI	584	526	151	197	1.241	887	296	311
Material de uso e consumo	79	83	10	22	195	344	29	54
Contingências cíveis e trabalhistas	2.056	3.963	4.615	3.934	6.508	6.092	9.644	9.321
Outras despesas	266	1.177	161	358	991	1.434	337	374
	<u>14.141</u>	<u>18.572</u>	<u>12.309</u>	<u>10.331</u>	<u>38.493</u>	<u>36.618</u>	<u>29.557</u>	<u>23.976</u>
Depreciações e amortizações (Nota 11)	571	1.606	444	1.439	1.033	3.226	778	2.901
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	-	-	-	-	-	3.646	-	-
Outras (receitas) despesas líquidas								
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	7.366	3.771	-	-	14.863	7.542	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias (Nota 18)	6.799	-	-	-	6.799	-	-	-
Tusd/Tust ⁽²⁾	3.786	5.881	-	-	7.353	11.390	-	-
Taxa de fiscalização	108	21	-	-	129	43	-	-
Licenças e estudos ambientais	17	69	-	-	244	495	-	-
Contrato oneroso (Nota 19)	320	-	-	-	1.350	(33.069)	-	-
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	-	(2)	-	-	-	(5)	-	-
Outras despesas (receitas)	(5)	(7)	(125)	5	(43)	(1.551)	(133)	(1.531)
	<u>18.391</u>	<u>9.733</u>	<u>(125)</u>	<u>5</u>	<u>30.695</u>	<u>(15.155)</u>	<u>(133)</u>	<u>(1.531)</u>
Total	<u>33.103</u>	<u>29.911</u>	<u>12.628</u>	<u>11.775</u>	<u>70.221</u>	<u>28.335</u>	<u>30.202</u>	<u>25.346</u>

(1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. A controlada Renova Comercializadora suspendeu seus contratos de compra e venda de energia

entre janeiro de 2019 e julho de 2020. Em agosto de 2020 a Renova Comercializadora voltou a comprar energia para atender o contrato com a LIGHTCOM.

- (2) Tust - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III. A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da Tust para os parques da Fase B.

23. Resultado financeiro

	Nota explicativa	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras									
		2.881	376	(281)	217	3.535	613	373	236
		478	(1.203)	4	(1.217)	560	(1.108)	86	(1.025)
		(162)	(55)	11	(52)	(195)	(65)	(22)	(57)
		<u>3.197</u>	<u>(882)</u>	<u>(266)</u>	<u>(1.052)</u>	<u>3.900</u>	<u>(560)</u>	<u>437</u>	<u>(846)</u>
Despesas financeiras									
	14.4	(42.737)	(42.633)	(1.053)	(5.411)	(57.452)	(83.592)	(15.768)	(11.709)
	25	(7.769)	(16.833)	(7.769)	(21.191)	(13.314)	(35.353)	(13.314)	(44.082)
		(3.990)	(10.869)	(24)	(741)	(5.288)	(22.895)	(1.322)	(1.124)
		(76)	(2.977)	(76)	(6)	(83)	(5.658)	(83)	(107)
		(2.755)	(20)	(2.686)	(11)	(4.599)	(225)	(4.530)	(219)
		(63)	(34)	47	(21)	(112)	(2.002)	(2)	(1.309)
	12	(1.363)	(1.392)	365	(599)	(2.673)	(2.813)	(945)	(1.240)
		(920)	(210)	(281)	(55)	(1.136)	(396)	(497)	(90)
		<u>(59.673)</u>	<u>(74.968)</u>	<u>(11.477)</u>	<u>(28.035)</u>	<u>(84.657)</u>	<u>(152.934)</u>	<u>(36.461)</u>	<u>(59.880)</u>
		<u>(56.476)</u>	<u>(75.850)</u>	<u>(11.743)</u>	<u>(29.087)</u>	<u>(80.757)</u>	<u>(153.494)</u>	<u>(36.024)</u>	<u>(60.726)</u>

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

24. Imposto de renda e contribuição social

	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(53.765)	(51.055)	(54.331)	(51.459)	(83.374)	(103.781)	(84.354)	(104.625)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	18.280	17.359	18.473	17.496	28.347	35.286	28.680	35.573
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>								
Despesas não dedutíveis	(480)	(132)	(480)	(130)	(995)	(336)	(995)	(332)
Resultado da equivalência patrimonial	11.762	15.967	(5.452)	(3.524)	21.237	21.086	(6.149)	(6.104)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	2.610	1	-	-	4.128	723	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:								
Provisões temporárias	(14.369)	(3.246)	(4.647)	5.225	(21.930)	(9.659)	(7.411)	(3.831)
Prejuízo fiscal e base negativa	(18.369)	(28.665)	(7.893)	(19.068)	(31.767)	(46.256)	(14.125)	(25.306)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(566)</u>	<u>1.284</u>	<u>1</u>	<u>(1)</u>	<u>(980)</u>	<u>844</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	-1%	3%	-	-	-1%	1%	-	-

A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/06/2021	30/06/2020
Prejuízo fiscal do período	(41.543)	(74.430)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(990.988)</u>	<u>(911.811)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(1.032.531)</u></u>	<u><u>(986.241)</u></u>

25. Transações com partes relacionadas

25.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Mútuo⁽¹⁾								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	63.770	63.770	-	(1.918)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	-	-	-	874	-	(33)	-	-
Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial	-	-	116.926	278.554	-	(6.778)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	19.874	36.889	-	-	-	-	-	-
Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial	-	2.019	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	-	1	-	-	-	-	-	-
Subtotal	19.874	38.909	180.696	343.198	-	(8.729)	-	-
Partes relacionadas^(5, 6, 7)								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	761.833	750.320	(11.606)	(20.313)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	-	174.704	(1.095)	-	-	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	-	97.748	(613)	-	-	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	-	(15.040)	-	-
Subtotal	-	-	761.833	1.022.772	(13.314)	(35.353)	-	-
Rateio de despesa⁽²⁾								
Energética Serra da Prata S.A.	(76)	258	-	-	-	-	(2.389)	(1.777)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	1.127	514	-	-	-	-	(613)	(1.091)
Controladas - LER 2013	956	5.734	-	-	-	-	(1.890)	(2.110)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	138	427	-	-	-	-	(277)	(107)
Controladas - ACL (Light I)	1.523	8.803	-	-	-	-	(3.016)	(3.545)
Controladas - ACL (Light II)	-	5.570	-	-	-	-	(75)	(916)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	-	2.971	-	-	-	-	(50)	(491)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	1.293	1.518	-	-	-	-	(2.258)	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	121	187	-	-	-	-	(231)	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	173	84	-	-	-	-	(275)	-
Subtotal	5.255	26.066	-	-	-	-	(11.074)	(10.037)
Transferência para ativos mantidos para venda	(121)	(187)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	5.134	25.879	-	-	-	-	(11.074)	(10.037)
Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial	-	99.830	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - em recuperação judicial	-	1.109	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	-	1.210	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcauz S.A. - em recuperação judicial	-	1.695	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - em recuperação judicial	-	1.934	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - em recuperação judicial	-	1.311	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - em recuperação judicial	-	1.055	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - em recuperação judicial	-	1.307	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - em recuperação judicial	-	798	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - em recuperação judicial	-	1.429	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - em recuperação judicial	-	1.450	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - em recuperação judicial	-	1.674	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - em recuperação judicial	-	1.371	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - em recuperação judicial	-	583	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - em recuperação judicial	-	741	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - em recuperação judicial	-	696	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - em recuperação judicial	-	1.079	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - em recuperação judicial	-	693	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - em recuperação judicial	-	614	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - em recuperação judicial	-	324	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - em recuperação judicial	-	375	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - em recuperação judicial	-	1.876	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	-	13.422	-	-	-	-	-	-
Outras participações	-	1.174	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	137.750	5.000	5.000	-	-	-	-
Total	25.008	202.538	947.529	1.370.970	(13.314)	(44.082)	(11.074)	(10.037)

25.2. Consolidado

	Consolidado			
	Passivo		Resultado financeiro	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
CEMIG Geração e Transmissão S.A.				
TARD ⁽⁵⁾	715.743	707.189	(8.554)	(19.723)
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽⁷⁾	5.000	5.000	-	-
Outras operações com partes relacionadas ⁽⁷⁾	46.090	43.131	(3.052)	(590)
Total	<u>766.833</u>	<u>755.320</u>	<u>(11.606)</u>	<u>(20.313)</u>
TARD ⁽⁶⁾				
Ricardo Lopes Delneri	-	174.704	(1.095)	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	97.748	(613)	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	(15.040)
	<u>766.833</u>	<u>1.027.772</u>	<u>(13.314)</u>	<u>(35.353)</u>
Apresentados como:				
<u>Circulante</u>	<u>46.090</u>	<u>43.131</u>		
Passivo				
Partes relacionadas (Nota 25)	46.090	43.131		
<u>Não circulante</u>	<u>720.743</u>	<u>984.641</u>		
Passivo				
Partes relacionadas (Nota 25)	720.743	984.641		
Total	<u>766.833</u>	<u>1.027.772</u>		

25.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.020.822	81.006	1.287.241
Adição	26.382	44.655	30.442
Amortização	-	(2.249)	(4.508)
Encargos financeiros provisionados	35.353	-	44.082
Saldos em 30 de junho de 2020	1.082.557	123.412	1.357.257
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	202.538	1.370.970
Adição	(93)	28.375	(93)
Amortização	-	(39.059)	(1.876)
Encargos financeiros provisionados	13.314	-	13.314
Capitalização dos créditos com partes relacionadas	(274.160)	-	(274.160)
Compensação dos mútuos com dividendos	-	-	(160.626)
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(156.912)	-
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	-	(10.000)	-
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 28.2)	-	66	-
Saldos em 30 de junho de 2021	766.833	25.008	947.529

25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a, até março de 2020).
- (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (3) Os saldos mantidos como adiantamento para futuro aumento de capital estão relacionados a: i) adiantamentos da Renova para as controladas e ii) pela CEMIG GT na Renova. Em 22 de março de 2021, a Companhia capitalizou os adiantamentos para futuro aumento de capital nas controladas.
- (4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:
 - a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.
 - i. Em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta realizada pela CEMIG GT para a suspensão das obrigações previstas no contrato até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.

- ii. Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.

(5) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019.

(6) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre março e outubro de 2019.

Em 21 de dezembro de 2020, o acionista Ricardo Lopes Delneri cedeu parte dos seus créditos para terceiros. Assim o montante de R\$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Nota 17).

Conforme plano de recuperação judicial, os créditos detidos por credores partes relacionadas poderão ser quitados da seguinte forma:

- a. Durante os primeiros 24 meses contados da data de homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2 do plano de recuperação de judicial, poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos concursais ou créditos extraconcursais em capital social da Companhia. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Companhia na B3 apurado nos 30 dias anteriores à data do pedido de recuperação judicial.

Os créditos serão corrigidos a 100% da variação do CDI, a partir da data de homologação até a data da sua conversão em ações.

- b. Decorrido o prazo de 24 meses contados da data de homologação, os créditos não poderão mais ser convertidos em capital da Companhia. Eventuais saldos de créditos concursais serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social.

Essas Debêntures terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concursais e Extraconcursais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais credores concursais. Serão remuneradas a 100% do CDI, desde a data de homologação.

A CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada dessas debêntures fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento. E ainda, poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida.

Em 06 de maio de 2021 a totalidade dos créditos detidos por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, bem como o valor cedido a terceiros foram capitalizadas (nota 20.b).

Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 14.6.d);
- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 14.6.d);
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

(7) Outras operações com partes relacionadas:

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 30 de junho de 2021	12.677	8.211	25.202	46.090

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro (nota 1.3).

A Companhia emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas pela parte relacionada Chipley (Nota 14.6.e).

25.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$4.626 e R\$5.220, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2021					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,00	5,00	3,00	4,00	12,00
Remuneração fixa acumulada	992	1.107	2.099	168	243	2.510
Salário ou pró-labore	907	954	1.861	168	243	2.272
Benefícios diretos e indiretos	85	153	238	-	-	238
Outros	-	-	-	-	-	-
Encargos decorrentes da remuneração fixa	-	-	-	-	-	-
Remuneração variável acumulada	947	852	1.799	-	-	1.799
Bônus	137	85	222	-	-	222
Provisão Programa de participação no resultado	810	767	1.577	-	-	1.577
Benefícios motivados pela cessação do cargo	175	142	317	-	-	317
Valor total da remuneração por órgão	<u>2.114</u>	<u>2.101</u>	<u>4.215</u>	<u>168</u>	<u>243</u>	<u>4.626</u>

	30/06/2020					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	2,67	4,67	3,00	4,00	11,67
Remuneração fixa acumulada	1.181	1.241	2.422	202	218	2.842
Salário ou pró-labore	840	796	1.636	168	182	1.986
Benefícios diretos e indiretos	106	169	275	-	-	275
Outros	235	276	511	34	36	581
Encargos decorrentes da remuneração fixa	235	276	511	34	36	581
Remuneração variável acumulada	953	767	1.720	-	-	1.720
Bônus	168	110	278	-	-	278
Provisão Programa de participação no resultado	785	657	1.442	-	-	1.442
Benefícios motivados pela cessação do cargo	546	112	658	-	-	658
Valor total da remuneração por órgão	<u>2.680</u>	<u>2.120</u>	<u>4.800</u>	<u>202</u>	<u>218</u>	<u>5.220</u>

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2021				30/06/2020			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,00	3,00	3,00	4,00	2,00	2,67	3,00	4,00
Valor da maior remuneração individual	1.426	1.073	72	49	1.543	1.207	86	55
Valor da menor remuneração individual	687	384	48	48	815	660	58	55
Valor médio de remuneração individual	1.057	700	56	49	1.340	795	67	55

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, o montante de até R\$6.473 para a remuneração global dos administradores referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.422	10.237	5.422	10.237
Aplicações financeiras	347.039	37.914	347.039	37.914
Contas a receber de clientes	3.748	4.220	3.748	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	248	296	248	296
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	62.285	45.492	62.285	45.492
Empréstimos e financiamentos	409.754	380.461	409.754	380.461
Partes relacionadas	46.090	43.131	46.090	43.131
Não circulante				
Fornecedores	240.620	301.826	240.620	301.826
Empréstimos e financiamentos	1.428.920	1.082.641	1.428.920	1.082.641
Partes relacionadas	720.743	984.641	720.743	984.641
	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	237	10.070	237	10.070
Aplicações financeiras	8.488	-	8.488	-
Contas a receber de clientes	-	150	-	150
Partes relacionadas	5.134	25.879	5.134	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	39.649	296	39.649	296
Partes relacionadas	19.874	176.659	19.874	176.659
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	20.027	9.485	20.027	9.485
Empréstimos e financiamentos	370.151	380.348	370.151	380.348
Partes relacionadas	46.090	43.131	46.090	43.131
Não circulante				
Fornecedores	35.918	44.067	35.918	44.067
Debêntures privadas	491.553	51.137	491.553	51.137
Partes relacionadas	901.439	1.327.839	901.439	1.327.839

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.422	-	10.237	-
Aplicações financeiras	347.039	-	37.914	-
Contas a receber de clientes	-	3.748	-	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	248	-	296	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	62.285	-	45.492
Empréstimos e financiamentos	-	409.754	-	380.461
Partes relacionadas	-	46.090	-	43.131
Não circulante				
Fornecedores	-	240.620	-	301.826
Empréstimos e financiamentos	-	1.428.920	-	1.082.641
Partes relacionadas	-	720.743	-	984.641
	Controladora			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	237	-	10.070	-
Aplicações financeiras	8.488	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	150
Partes relacionadas	-	5.134	-	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	39.649	-	296	-
Partes relacionadas	-	19.874	-	176.659
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	20.027	-	9.485
Empréstimos e financiamentos	-	370.151	-	380.348
Partes relacionadas	-	46.090	-	43.131
Não circulante				
Fornecedores	-	35.918	-	44.067
Debêntures privadas	-	491.553	-	51.137
Partes relacionadas	-	901.439	-	1.327.839

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

		Consolidado		
Descrição		Valor justo em 30 de junho de 2021		
	Saldo em 30/06/2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	347.039	347.039	-	-

		Consolidado		
Descrição		Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
	Saldo em 31/12/2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	38.210	38.210	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de junho de 2021 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de junho de 2021 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) *Risco de Mercado*

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 14, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) *Análise de sensibilidade (Consolidado)*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2021, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 30 de junho de 2021	4,15%	4,15%	4,15%
	Aplicações financeiras:	347.039	347.039	347.039
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	6,75%	5,06%	3,38%
	Efeito anual nas aplicações financeiras: Perda	-	-	(2.663)
Alta do CDI	Empréstimos:	1.430.330	1.430.330	1.430.330
	Partes relacionadas:	761.833	761.833	761.833
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	6,75%	8,44%	10,13%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	(59.781)	(98.580)	(137.380)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 6,75%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (5,06% a.a.) e 50% (3,38% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (8,44% a.a.) e 50% (10,13% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) *Risco de Liquidez*

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 14.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 18 de dezembro de 2020 os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas foram aprovados, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1. *Tabela do risco de liquidez e juros*

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe I	-	18.905	-	-	18.905
Classe II	100	100	159.167	900.813	1.060.180
Classe III	-	200	82.658	467.272	550.130
Classe IV	-	3.437	-	-	3.437
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	370.150	-	-	-	370.150
DIP	-	40.877	86.215	261.752	388.844
Partes relacionadas	569.052	-	-	-	569.052
Total	939.302	63.519	328.040	1.629.837	2.960.698

g) *Risco de crédito*

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil		
		Consolidado		Controladora
		30/06/2021	31/12/2020	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Contas a receber de clientes	8	3.748	4.220	150

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de junho de 2021 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) *Gestão de capital*

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.605.507)	(2.490.874)
Patrimônio líquido negativo	(844.112)	(1.107.637)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	352.461	48.447
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	<u>(3.097.158)</u>	<u>(3.550.064)</u>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Administração acredita que a Companhia, os Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

i) *Risco hidrológico*

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espira, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espra, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

27. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora			
	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do período	(54.331)	(51.459)	(84.354)	(104.625)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	59.472	41.720	59.472	41.720
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,91)</u>	<u>(1,23)</u>	<u>(1,42)</u>	<u>(2,51)</u>

28. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme mencionado na Nota 1.3, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Brasil PCH, UPI Mina de Ouro e UPI Enerbras. Assim, em 30 de junho de 2021, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

28.1 Controladora

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>30/06/2021</u>
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	159.561
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.907
Projetos eólicos em desenvolvimento	<u>30.228</u>
Total	<u><u>202.696</u></u>
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>30/06/2021</u>
Arrendamentos a pagar	<u><u>14.703</u></u>

28.2 Consolidado

Balanço patrimonial

<u>ATIVOS</u>	<u>SF 120 - Mina de Ouro</u>	<u>Projetos em desenvolvimento</u>	<u>Brasil PCH</u>	<u>Enerbras</u>	<u>Total</u>
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	111	111
Aplicações financeiras	-	-	-	27.713	27.713
Contas a receber de clientes	-	-	-	6.145	6.145
Impostos a recuperar	-	-	-	38	38
Despesas antecipadas	-	-	-	52	52
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	200	200
Total dos ativos circulantes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.259</u>	<u>34.259</u>
NÃO CIRCULANTES					
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	11.960	11.960
Tributos diferidos	-	-	-	826	826
Partes relacionadas	-	-	-	79.244	79.244
Investimento	-	-	540.022	-	540.022
Imobilizado	14.835	103.674	-	149.498	268.007
Total dos ativos não circulantes	<u>14.835</u>	<u>103.674</u>	<u>540.022</u>	<u>241.528</u>	<u>900.059</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>14.835</u></u>	<u><u>103.674</u></u>	<u><u>540.022</u></u>	<u><u>275.787</u></u>	<u><u>934.318</u></u>

	SF 120 - Mina de Ouro	Projetos em desenvolvimento	Enerbras	Total
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTES				
Fornecedores	-	-	600	600
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.928	11.928
Impostos a recolher	-	-	216	216
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	2.254	2.254
Dividendos a pagar	-	-	30.364	30.364
Partes relacionadas	121	-	(76)	45
Outras contas a pagar	-	-	1.318	1.318
Arrendamentos a pagar	18	5.420	359	5.797
Total dos passivos circulantes	139	5.420	46.963	52.522
NÃO CIRCULANTES				
Empréstimos e financiamentos	-	-	47.713	47.713
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	10.208	10.208
Arrendamentos a pagar	630	9.466	10.734	20.830
Outras contas a pagar	-	-	608	608
Total dos passivos não circulantes	630	9.466	69.263	79.359
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	12.938	-	101.955	114.893
Dividendo adicional proposto	-	-	30.547	30.547
Reservas de capital	-	-	4.238	4.238
Reserva de lucros	-	-	5.956	5.956
Prejuízos acumulados	(151)	-	16.865	16.714
Total do patrimônio líquido	12.787	-	159.561	172.348
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	13.556	14.886	275.787	304.229

Classificados como:

30/06/2021

Ativos classificados como mantidos para venda

855.074

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda^(**)

101.472

(**) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as companhias classificadas como mantidas para venda e a Renova Energia, no valor total de R\$30.288.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2021:

	Enerbras	SF120	Total
Lucro dos ativos classificados como mantidos para venda			
Receita	26.995	-	26.995
Custos e despesas	(9.576)	(78)	(9.654)
Lucro antes dos impostos	17.419	(78)	17.341
Resultado financeiro	(2.722)	-	(2.722)
Imposto de renda e contribuição social	(980)	-	(980)
Prejuízo do período	13.717	(78)	13.639
Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda			
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	11.484	(78)	11.406
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(10.899)	(153)	(11.052)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(6.515)	231	(6.284)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.930)	-	(5.930)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.895	-	6.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	965	-	965
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.930)	-	(5.930)

29. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2020 é como segue:

Objeto da Garantia	Risco de operação	Importância Segurada	Vigência	
			Início	Fim
Riscos operacionais		R\$ 74.116	25/10/2016	25/10/2021
Responsabilidade civil		R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2021
Objeto da Garantia	Risco de construção	Importância Segurada	Vigência	
			Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)		R\$ 5.334	17/04/2019	18/04/2022
Garantia executante construtor (LER 2013)		R\$ 19.050	15/03/2018	13/05/2022
Garantia executante construtor (LIGHT I)		R\$ 34.460	28/04/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (LIGHT II)		R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (Mercado livre II)		R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2022
Responsabilidade civil		R\$ 20.000	14/11/2014	27/03/2022
Risco de engenharia		R\$ 2.523.189	14/11/2014	27/09/2021

Risco de administração e portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2022
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 3.850	07/11/2018	07/11/2022
Seguro de riscos diversos – equipamentos	R\$ 915	07/11/2019	07/11/2021
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2021	29/03/2022

30. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Saldos vinculados aos ativos vendidos - Fase B	1.2.1 e 11	58.380	-	-	-
Contingências x Outras contas a pagar	1.2.2	-	(43.391)	-	(43.391)
Provisão para perda sobre investimento	10	-	-	(225.958)	103.100
Ajuste de avaliação patrimonial	10.3.1	13.482	(894)	13.482	(894)
Aumento de capital em controladas com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	10.3.2	-	-	127.750	-
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2	-	-	29.162	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Fornecedor	10.3.2 e 20	(48.435)	-	48.435	-
Direiro de uso - arrendamento	11	3.719	1.228	483	(283)
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	4.697	1.457	289	1.457
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	11	(330)	-	(80)	-
Aumento (redução) de capital na Bahia Holding	11.4	-	-	-	(45.867)
Reclassificação entre Outras contas a pagar e Fornecedor	13	4.336	-	4.336	-
Depósitos judiciais x Contingências	18	-	(6.392)	-	(6.392)
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Partes Relacionadas	20 e 25.3	(274.160)	-	(274.160)	-
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Outras Contas a Pagar	20	(11.106)	-	(11.106)	-

31. Eventos subsequentes

31.1 UPI Brasil PCH

Conforme Fato Relevante datado de 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos LTDA. (“Mubadala Consultoria”), subsidiária indireta da Mubadala Capital LLC e detida indiretamente pela Mubadala Investment Company PJSC, para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de titularidade do Grupo Renova, pelo valor de R\$ 1.100.000, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo o atendimento das disposições previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova.

Em 26 e 27 de julho de 2021, a Companhia publicou o Edital de Leilão por Proposta Fechada da UPI Brasil PCH (“Leilão”), em observância ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Conforme edital, as propostas

poderiam ser apresentadas até o dia 01 de agosto de 2021. A audiência para abertura das propostas fechadas seria realizada em ambiente virtual, por meio da plataforma “WEBEX”, no dia 16 de agosto de 2021, às 14 horas.

Em 04 de agosto de 2021, a Administradora Judicial declarou a SF 369 Participações Societárias S.A. (“SF 369”), subsidiária do Mubadala Consultoria, como vencedora do Leilão, tendo em vista a ausência de manifestação de interessados no Leilão até o dia 01 de agosto de 2021, tendo o Juízo da Recuperação Judicial homologado esse resultado do Leilão em 05 de agosto de 2021.

A transação será devidamente comunicada aos demais acionistas da Brasil PCH S.A., a saber: BSB Energética S.A. e ELETORIVER S.A., os quais poderão decidir pelo exercício do direito de preferência na aquisição ou ao direito de alienação conjunta *Tag Along*, em estrita observância das regras, procedimentos, direitos e deveres das partes no Acordo de Acionistas da Brasil PCH.

A alienação da UPI Brasil PCH faz parte da estratégia da Companhia para o seu saudável soerguimento e diminuição de seus passivos, destinando os recursos obtidos, especialmente para o pré-pagamento do empréstimo DIP Ponte contratado perante a Quadra Capital e desembolsado no início desse ano, o pagamento de determinados credores extraconcursais, cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e a conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

31.2 Assembleia Geral de Credores

Em 30 de julho de 2021 foi realizada Assembleia Geral de Credores (“AGC”) do Grupo Renova que aprovou adiar o leilão das UPI’s Mina de Ouro e Projetos em Desenvolvimento para até 14 de setembro de 2021 e 14 de outubro de 2021, respectivamente.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA